

O FEMININO DE NINGUÉM EM CHARLOTTE TÁBU(L)A RASA

Mariana Pinheiro Ramalho ¹

Eider Madeiros ²

Letícia Simões Velloso Schuler ³

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de traçar um diálogo entre a própria ruptura que o corpo trans feminino evoca e o conceito de feminino de ninguém, através da dedução de que este último possibilita manter em um estado de fenda, de abertura, de incompletude, de não-totalidade, aquilo que caracteriza o que circunda os territórios de todo corpo que se permita mais para um feminino. Ao nos basearmos nas contribuições de Bento (2008), Jorge e Travassos (2018) e de entrevista realizada com o autor de *Charlotte Tábu(a) Rasa*, Leonardo Valente (2016), propomos discutir até que ponto o corpo de uma mulher trans na política brasileira é capaz de tracejar as difíceis fronteiras sobre os discursos, as poses e os domínios da linguagem entre o si e o outro nas tran-sexualidades voltadas às reinscrições e às rupturas que sagram-se através da resiliência transgressora do feminino.

Palavras-chave: Corpo, Feminino, Transexualidade, Psicanálise, Literatura brasileira.

INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras questões as quais a literatura se propõe a enfrentar e representar, somos levados a crer que é deste desejo, de inclinar-se ao inconveniente “aberto”, que muito do que encontramos nas narrativas ficcionais tende a estar um passo à frente na circunscrição dessas próprias questões. A questão trans, além de intrigar o senso comum e fragilizar estatutos que acreditávamos ser inabaláveis, coloca-se como um lugar de produção de discursos onde aparentes oposições, como o que distingue aquilo que é feminino e que é masculino, se mesclam.

Mesclado de elementos da política atual com a ficção, a obra escolhida para análise, *Charlotte Tábu(a) Rasa* (2016), escrita por Leonardo Valente, professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com doutorado em Ciências Políticas, traz consigo a questão do feminino de ninguém, do corpo da mulher-trans frente às angústias atravessadas por dramas subjetivos e internos, e a relação deste outro com o seu próprio corpo. A figura de Charlotte, como personagem principal, traz consigo a companhia de Flávia Vini, sua esposa e

¹ Graduanda do Curso de Letras – Português da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, ramalhomari@hotmail.com

² Mestrante do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, eidermadeiros@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Letras – Português da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, leticiaschuler6@gmail.com

companheira fiel, seus assessores pessoais, Vitor e Denise, além de outros nomes da política ficcional do Brasil, que fazem parte da formação da história optada pelo autor, construindo durante a narrativa os acontecimentos que modulam a própria Charlotte e a ascendência política do Brasil dentro do seu espaço geográfico, e fora dele.

Diante de uma eleição já ganha e de um Brasil ansioso pelo primeiro pronunciamento do novo presidente do país, Raphael Vini, no dia 31 de dezembro, os brasileiros se deparam com uma figura feminina, das mais belas já vistas, que assume o papel de maior líder político nacional e mostra sua verdadeira identidade: Charlotte Tábua Rasa, presidente do Brasil. Retornada de uma viagem para Buenos Aires, ao lado de sua esposa Flávia, anuncia em cadeia nacional de rádio e televisão a cirurgia de mudança de sexo, assumindo de vez sua nova identidade, e a opção por utilizar, daquele momento em diante, seu “nome de guerra”⁴ (VALENTE, 2016, p. 8). O impacto causado no eleitorado – e nos demais indivíduos brasileiros – foi tão alto, que as tentativas de tirar o direito de Charlotte governar foram inúmeras. Porém, como não foi um ato inconstitucional, a presidente conseguiu, de certa forma, colocar em prática os seus projetos, alavancando a realidade brasileira de verdadeira decadência a um patamar de pátria internacional. Utilizando-se do sexo para proteger os próprios interesses e os projetos planejados para o Brasil, Charlotte quebra paradigmas e clichês, mostrando-se uma presidente exemplar, mostrando os limites que o país pôde transpassar. Em contraponto, recorre a métodos pouco ortodoxos, mostrando que todo mundo tem dois lados, que ninguém é totalmente bom nem totalmente ruim.

A escolha temática, para análise do nosso *corpus*, se deu a partir das seguintes indagações: o que a transformação evidenciada no “novo corpo” de Charlotte trazia de tão avassalador, que o mantivesse sob escrutínio? Se não há inscrição da diferença sexual no campo do inconsciente, para a psicanálise, de que modo um corpo “trans-itado” por mudanças que o fixam nesta “não-inscrição” se atrela mais ao feminino do que ao seu oposto? Se o corpo de Charlotte subverte o discurso e as fronteiras dos tradicionais masculino e feminino, seria este corpo apenas dela e de mais ninguém?

Intuímos, ao eleger como linha temática de análise, que o feminino de ninguém constitutivo do próprio impasse da questão trans, nos serviria para ensaiar o que Charlotte desconstrói e ressignifica, a partir deste limiar entre o que ela era e no que ela propõe ser.

⁴ Entenda-se por “nome de guerra”, a concepção ressignificadora de assumir de modo anti-pejorativo, para o cunho social, a denominação costumeiramente usada nas situações de marginalidade identitária de muitas pessoas conviveres das sociabilidades trans*.



METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um ensaio que, metodologicamente, busca pinçar, do contexto construído ficcionalmente, a presença de elementos que nos levem a uma reflexão temática. A partir disso, a pesquisa é orientada por seus objetivos, se caracterizando por descritiva-explicativa de caráter teórico-bibliográfico.

O tratamento concedido ao *corpus* é notadamente qualitativo, em sua condição de universo como obra literária singular e específica. Nessa perspectiva, a totalidade da obra será reduzida, no conjunto integral dos elementos da narrativa, apenas à personagem que protagoniza e dá nome ao título. Como nos assevera Adorno (2003),

O ensaio, porém, não admite que seu âmbito de competência lhe seja prescrito. Em vez de alcançar algo cientificamente ou criar artisticamente alguma coisa, seus esforços ainda espelham a disponibilidade de quem, como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que os outros já fizeram. (ADORNO, 2003, p. 16).

Portanto, todas as inquietações aqui expostas, não se filiam à pretensão de postular certezas, mas, do contrário, provocar a instabilidade que é típica tanto do que emana da literatura, como do que faz fronteira com as questões trans.

DESENVOLVIMENTO

Etimologicamente, a palavra “corpo” é derivada da palavra latina *corpus*, e este provém do dialeto indo-europeu *kpr-es* (de *kpr-*, de *krep-* corpo). Baseado nos estudos semânticos, “corpo”, então, significa a estrutura física de um organismo vivo, que engloba suas funções fisiológicas, seja esse organismo um homem ou um animal. Assim como Aristóteles acreditava que em toda corporeidade há uma formação, alguns platônicos e pitagóricos consideravam o corpo como o sepulcro da alma. Com Descartes, o ser pensante – a alma – e a coisa do mundo – o corpo – são existentes independentes. O conhecimento do homem diante do mundo externo atraiu a vontade explicar com clareza esse corpo decifrado e sem nenhum mistério. Essa certeza de resposta sem a permanência de mais nenhuma dúvida, como nos traz Barbero e Pedernera (2016),



Correspondia ao paradigma disjuntor cartesiano que controla o pensamento ocidental, e que separa claramente a ciência da filosofia, como dois mundos que seguirão seus cursos em forma de trilhos paralelos e independentes. No entanto, algo surgia e entorpecia a “observação”: a presença do observador que alterava o campo de estudo e o que o “animava” – em sua dupla conotação de entusiasmo e alma — ao observador, esse “subjetivo” que complicava o estudo e não tinha explicação. (BARBERA; PEDERNERA, 2016, p. 5).

O surgimento da teoria psicanalítica ao final do século XIX começou a privilegiar o subjetivo sob novos prismas, e trouxe a existência de um mundo interno inconsciente como postulado. Sendo assim, a subjetivação do objeto foi fundamental para mais um certo declínio da suprema objetivação do sujeito.

O eu seria, para a psicanálise, uma espécie de superfície com “duas caras”. Uma “é” uma superfície, enquanto a outra é a “projeção” de uma superfície. A primeira, caracterizamos como sendo o “corpo biológico”, correspondendo à realidade material, no qual surgem as necessidades que são definidas pela Biologia. A segunda “cara” é relacionada com a realidade psíquica, denominada de “corpo erógeno”, contendo nele os desejos e marcas de vivências, sendo um “patrimônio” da Psicanálise.

Sabe-se que, para os estudos biológicos, “o corpo é o assento de engramas herdados que se levam a cabo automaticamente no mundo circundante, e os denomina ‘instintos’”. (BARBERO; PEDERNERA, 2016, p. 5). A teoria psicanalítica vem plantar uma semente de discórdia na qual autores, como Joyce McDougall (1981), afirmam que o corpo biológico e o corpo erógeno estão intimamente ligados, sendo indissolúveis, e tendo a necessidade de serem tratados como um só, e não mais como dois. Como escreve o poeta britânico William Blake (2007, p. 17), “el hombre no tiene un cuerpo distinto de su alma. Aquello que llamamos cuerpo es una porción de alma percibida por los cinco sentidos, pasajes principales del alma en esta edad.”

Este vai e vem, que movimenta as distintas dimensões entre o corpo biológico e o corpo psíquico, pode representar a constatação de uma angústia em habitar dois corpos que, em termos gerais, não cessa. Essa não-dissociação entre corpo e alma, traz à tona o seguinte questionamento: se não existe uma divisão entre o ser biológico e o psíquico, o que teria, então, entre eles? Jorge e Travassos (2018) tomam o mesmo questionamento, afirmando que

Por sermos seres falantes, nossa apreensão da materialidade corporal passa pela experiência da linguagem, fazendo com que não sejamos reduzidos a nosso corpo. [...] Há uma distância impossível de ser preenchida entre o sujeito e seu corpo e, sendo assim, o corpo en-cena e en-carna os dramas subjetivos

concernentes aos conflitos psíquicos que não puderam ser simbolizados através da palavra. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 19-20).

Como seres que procuram a simbolização através da palavra, temos, então, um corpo que necessita de um discurso. E, sendo corpo, trata-se de uma questão – até certo ponto – materializada. Levando em consideração o material corporal, nos sentidos literais das palavras, chegamos à conclusão de que grande expectativa é colocada em cima daquilo que, em questões heteronormativas, seria o constituinte final do indivíduo: o sexo do bebê. Carregado de uma importância maior do que qualquer outro detalhe, “a materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando se anuncia o sexo do feto” (BENTO, 2008, p. 33), fazendo a criança, no exato momento do seu nascimento, já deparar-se com uma coletânea de expectativas e acontecimentos voltamos para seu futuro, tudo projetado para o fato de ser uma menina ou um menino. Ou seja, “o original já nasce contaminado pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo” (BENTO, 2008, p. 36). Portanto, tratando-se dessa “fórmula” pronta, as quais o bebê tem de lidar desde o início, “neste sentido, a psicosexualidade do sujeito é uma solução – ou, se preferirmos, um sintoma, no sentido psicanalítico do termo: uma formação de compromisso – frente às múltiplas variáveis com as quais o bebê tem que lidar desde o seu nascimento.” (CECCARELLI, 2013, p. 19).

Vê-se a importância do discurso na construção da identidade do sujeito que, mesmo com uma sociedade que tenta desmembrar corpo e alma, e incutir um compilado de normas antes mesmo de sua aparição no mundo físico, também tem a possibilidade de adaptar-se conforme as necessidades e desejos suscitados pela psiquê. Os corpos trans carregam seus discursos tal como expressam a sua própria corporeidade, e, portanto, o indivíduo e a sociedade cis não têm a mesma capacidade de criar um discurso sobre esses corpos, pois sempre partiriam de uma fala normativa e patologizante, assim como nos traz Berenice Bento (2008),

O que diferencia as performances das/os mulheres/homens biológicas/os das/os transexuais é a legitimidade que as normas de gênero conferem a cada uma delas, instaurando, a partir daí, uma disputa discursiva e uma produção incessante de discursos sobre a legitimidade de algumas existirem e de outras serem silenciadas e eliminadas. (BENTO, 2008, p. 48).

A formação da subjetividade trans está sempre digladiando com o natural, com o “desde que o mundo é mundo”, pois, se para a cis-heteronormatividade, o que se designa não se pode mudar, é em oposição a isto que se situa o corpo trans, ou seja, “a definição do que seja um/a homem/mulher de ‘verdade’ se refletem e emergem nas definições do que seja um/a transsexual

de ‘verdade’”. (BENTO, 2008, p. 19). A história, por si só, já é carregada de uma ideia de produção de identidades patologizadas, colocando o indivíduo no meio de duas possibilidades excludentes: ou você tem pênis, ou vagina. O corpo trans, por sua vez, estabelece com o discurso insultador uma relação de construção identitária, “marcada na e pela disputa” (BENTO, 2008, p. 54).

Afirmar que a transexualidade é uma experiência identitária, que está relacionada à capacidade dos sujeitos construírem novos sentidos para os masculinos e os femininos, não significa esquecer a dor e a angústia que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiências que lhe são interditas por não terem comportamentos considerados apropriados para seus sexos. (BENTO, 2008, p. 19).

A sociedade, por sua vez, vem passando por diversas modificações acerca do olhar frente à temática da transexualidade, buscando ambientar um discurso, um semblante (LACAN, [1971] 2009), ao sujeito transexual universal e homogêneo. Estamos, portanto, passando pela atualização de um conceito que junta em si todos os níveis da constituição subjetiva do sujeito ao seu corpo biológico. Enquanto o poder normatizador grita em alto e bom som que a transexualidade é patológica, o sujeito identificado a seu corpo trans evoca na sua trans-identidade uma realidade discursiva construída pela ruptura das normas, pela performatividade de gênero, pelas experiências não-binárias e pelo intrínseco ao ser da sexualidade (*éros*) e da estética da existência (*psiquê*), atrelado entre esse corpo físico e o corpo psíquico (VENTURA, 2008).

A transsexualidade tem uma característica bastante peculiar que a leva a ser considerada um fenômeno social: é marcada pelo autodiagnóstico e pela autoprescrição terapêutica, ou seja, o sujeito se autoidentifica numa determinada descrição. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 57).

Neste trabalho, fazendo um afunilamento acerca das problemáticas do corpo trans, colocamos em destaque o corpo trans feminino. A obra em questão, *Charlotte Tábua Rasa* (2016), traz, como o próprio autor nos disse, em uma breve entrevista concedida⁵ para a elaboração deste trabalho, a escolha de uma mulher trans para governar o país como forma de quebra dos paradigmas patriarcais da política, independente de ser conservadora ou progressista, mostrando que decisões de governo e de Estado requerem seres humanos preparados e conscientes, independente de gêneros e opções. Seguindo essa vertente, Leonardo Valente ainda traz a questão da publicidade do corpo: afinal de contas, o corpo privado é público

⁵ Entrevista via e-mail.

ou restrito à esfera privada, quando tratamos principalmente, de governantes? Charlotte, em meio aos caos instalado após sua aparição na televisão, antes da posse, é acusada primeiramente por estelionato eleitoral⁶, por ter sido eleita ainda com o corpo de um homem cis, como mostra o excerto do texto

— A presidente Charlotte deve ou não ficar no poder? Diante de tudo o que aconteceu, seu mandato é legal? E se for legal, é legítimo?

Tadeu foi o primeiro a responder:

— Ela deve sair, seja porque o Congresso ou o Tribunal Superior Eleitoral considerem ilegal o que aconteceu, seja porque é imoral, um estelionato eleitoral. Ela precisa renunciar. (VALENTE, 2016, p. 64).

Diante dessa situação, o autor considera válido levantar algumas questões como: seria a decisão sobre o destino do próprio corpo um estelionato eleitoral? Em quem o eleitor vota, afinal? Em um corpo? Charlotte perpassa não apenas essa acusação ao decorrer da narrativa, mas também colocam o seu corpo como sendo pertencente a qualquer um, menos a ela. Membros partidários, eleitores, diplomatas e outros presidentes sentem-se no direito de tomar para si a decisão do que fazer com um corpo que deveria ser tomada apenas por aquele a quem, de fato, pertence o corpo. O ser mulher já está atravessado por repletas questões, que ou são erroneamente respondidas, ou nunca se encontra uma resposta. Frente a isso, colocamos então as angústias e vazios sentidos pelo corpo da mulher trans que, em Charlotte, além de estar repleta de um compilado de sentimentos, ainda é atravessada pela vontade do outro de tomar para si o que pertence apenas a ela. Portanto, chegamos ao questionamento: de quem seria, então, esse feminino, se não é de Charlotte, nem do externo a ela? Esse feminino pertenceria a ninguém?

Branco (2019) abre espaço para uma reflexão preciosa para nossos intentos, no momento em que, ao se apropriar da figura do “feminino de ninguém”, a partir da poética de Maria Gabriela Llansol, potencializa uma fissura da noção de feminino binário ao masculino a partir de um feminino “além” que extrapolaria a lógica que mina o discurso fálico do poder e supõe que há uma fenda no feminino que o distingue da ordem daquilo que se absolutiza e redundante com uma noção primária de completude. O não-todo do feminino laciano que a autora traduz para suas leituras, é examinado por um viés de construção de identidade que está não apenas além, no campo de um não pertencimento, mas também “através de”, também em

⁶ Conceito das Ciências Políticas utilizado para descrever os casos de candidatos eleitos com uma plataforma ideológica que, após a eleição, adotam um programa de signo ideológico contrário.

trânsito por uma abertura, pois vem de fora, de uma linguagem estranha-estrangeira, familiarmente exilada.

A solução de um feminino que não pertence a ninguém é ambígua e infundável, pois se prioriza através de uma equação que não fecha, já que rompe com a natureza dos organismos-algarismos, e que também não deixa de ser real.

Em meio a isso, colocamos em questão, para o autor do livro, o questionamento acerca da escolha do nome de guerra que Charlotte nos traz, além de estar presente no título do livro. Valente nos diz que “tábua rasa” tem também uma relação simbólica com o termo *tábula rasa*⁷, pois trata-se de uma página nova, em branco, na política, preenchida pela própria Charlotte, mas também circunscrita na própria manufatura do corpo desta mulher trans. Uma situação nova, sem precedentes, em um país conservador marcado pela misoginia e por um preconceito bastante consolidado nas bases da sociedade e, principalmente, de suas elites.

Diante das questões sobre a transexualidade que trouxemos no decorrer do trabalho, podemos fazer a relação da tábua rasa com o próprio corpo trans, que é montado de forma palimpséstica, ou seja, feito à mão, mas refeito ao mesmo tempo que não se dissocia das “raspagens” da re-des-construção que precisa ultrapassar na sua autoafirmação, utilizando-se, para isso, de técnicas específicas, que conseguem desenhar e se refazer em cima dessa “folha de papel em branco”. Justamente por ser manufatura, que o corpo trans é tanto uma transformação do que é inato, como inscrição de uma linguagem corporal propriamente sua.

Charlotte, portanto, em meio a um jogo de pertencer a si e pertencer ao outro, acaba por perder suas propriedades durante a narrativa, a ficar um tanto mecanizada, movida apenas para – e pelo – externo, e muitas vezes deixa de sentir-se no movimento contrário, de dentro para fora, colocando acima de si questões que nada tem a ver com seu interior. Porém, quando as eleições se aproximam, quando Charlotte está sufocada pelos acontecimentos políticos e partidários aos quais é designada, aqueles que lhe rodeiam juntam o útil ao agradável: ela encontra, numa estratégia política de liderança da Parada Gay de São Paulo, uma forma de preencher – mesmo que momentaneamente – aquilo que sentia faltar entre seu corpo e a sua alma.

Fazia tempo que a presidente não gostava tanto de uma ideia. Aquela proposta não era apenas uma estratégia de campanha, se apresentava como um presente, uma forma de ser ela mesma, de se demonstrar como nos velhos tempos e exorcizar seus demônios. Só de pensar na hipótese, sentiu-se mais forte para iniciar a maratona eleitoral. (VALENTE, 2016, p. 276).

⁷ Tradução para a expressão latina *tabula rasa*, que significa, em sentido literal, “tábua raspada”, trazendo em seu sentido uma “folha de papel em branco”.



Há um tortuoso sem-fim de possibilidades que faz, da doação de si ao papel público e de resistência em sua corporeidade subversiva, Charlotte girar a economia do feminino que se entrega, ou entrega ao outro, àquilo que pressupostamente lhe é faltoso, não-todo, malgrado sua condição masculina predecessora. Nessa esteira, o pertencimento de um feminino de ninguém que é, sobretudo, resiliente, dilui as concepções cristalizadas de um limite para a feitura dos corpos, rasa tábua-tábula, e para a organização de toda e qualquer subjetividade, indecentemente afrontosa e *di profundis*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Restaram inquietantes duas relações em torno do feminino de ninguém quando migrado para o campo do público mundo político, ao qual Charlotte invade, e que nos pareceram emblemáticas dos efeitos que o corpo feminino pressupõe ao ser induzido ao trânsito de suas próprias afirmações. Se uma mulher, enquanto trans, caminha por veredas de uma “não-inscrição” que lhe é exterior ou assumida, é porque, em certa medida, isso é enigmático para a nossa própria dificuldade de divisão entre o corpo e o que ele usa de orientação psíquica na formação de sua identidade, como também é elucidativo da forma pela qual o corpo feminino é tomado como por objeto de transposição, entre o ditame e a transgressão.

Por não se situar, em definitivo, nem lá, nem cá, a assunção do feminino nas questões trans são elementares para retirar as noções de pertencimento de seus lugares convencionais. Emily Dickinson (1830-1886), em um de seus mais consagrados poemas anuncia a solitude e a intrusividade que se mantém na fronteira entre se reconhecer e ser reconhecida – mais ainda quando uma mulher de letras. “Não sou Ninguém! Quem é você? / Ninguém – Também? / Então somos um par? / Não conte! Podem espalhar! / Que triste – ser – Alguém! / Que pública – a Fama – / Dizer seu nome – como a Rã – Para as palmas da Lama!” (DICKINSON, 2015, p. 55).

A fama, o não contar, o perigo de vir a público por ser um feminino que, dado por ninguém, se associa a outro ninguém tal quanto ele, são elementos convidativos a se pensar no realismo que esse “não-ser”, que decorreria de não “ser-alguém”, é lugar de um conforto que advém do risco que se tem de levar a intimidade ao cruel julgo popular. Coisa parecida, de uma desordem insuportável do feminino ao contexto intolerante que se formou em termos de Brasil presidido por uma mulher (cis, que seja), acaba por se mostrar a segunda relação de nossa



inquietação, com a descrição do cenário próximo ao desfecho da narrativa de Valente (2016).

Vejamos:

A crise, sem precedentes em décadas, resultou no *impeachment* da então presidente, de um antigo partido de centro-esquerda esfacelado por escândalos de corrupção. O vice-presidente, que era de um partido de centro e real detentor do poder há décadas, assumiu o governo, mas não conseguiu controlar os insatisfeitos nem reverter os problemas econômicos. Pouco tempo depois, com o Brasil mergulhado em convulsões sociais e violência, os conservadores venceram as eleições e chegaram ao poder.

Assim que assumiu o governo, o partido de Salazar implementou uma cartilha econômica neoliberal e extremamente ortodoxa, aproximou-se dos Estados Unidos, esvaziou as relações com a China e o Brics, apesar de não ter saído de nenhum acordo, e vendeu praticamente todas as áreas do pré-sal para companhia inglesas e norte-americanas. As medidas, no entanto, não resultaram em uma melhora da situação econômica, nem estancaram a deterioração dos serviços públicos, resultando em mais cinco anos de estagnação e crises. (VALENTE, 2016, p. 308)

Sob os rabiscos da história concreta ou da narrativa ficcional de Charlotte, resta saber se, por acaso, encontram-se vestígios de uma ou outra subinscrição que revele, pelos fragmentos de uma esperança transformada como uma tábula rasa, a capacidade de trânsito e remanufatura do corpo político que, não sendo tanto de ninguém, espera de todos a sua capacidade de se refazer em uma nova roupagem, sem esquecer de também refazer-se em uma outra desafiadora forma de autoreconhecimento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. *O ensaio como forma*. Tradução: Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2013. p. 15-45.

BARBERO, Luis Francisco; PEDERNERA, Maria Susana. *Corpo 'biológico' e corpo 'erógeno'*. Cartagena: Federación Psicoanalítica de América Latina, 2016.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BLAKE, William. *El matrimonio del cielo y del infierno*. Sevilla: Editorial Renacimiento, 2007.

BRANCO, Lucia Castello. *Feminino de ninguém: da escrita feminina ao feminino na escrita*. Disponível em: <https://17edu.org/pt-pt/feminino-de-ninguem-da-escrita-feminina-ao-feminino-na-escrita/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CECCARELLI, Paulo Roberto. *Transexualidades*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

DICKINSON, Emily (1830-1886). Não sou ninguém, 14. In: DICKINSON, Emily. *Emily Dickinson: não sou ninguém – poemas*. Tradução: Augusto de Campos. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. *Transsexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LACAN, Jacques. *Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1971] 2009.

MCDUGALL, Joyce. Cuerpo y metáfora. *Revista de Psicoanálisis*, Buenos Aires, v. 40, v. 5/6, 1983.

VALENTE, Leonardo. *Charlotte Tábua Rasa*. São Paulo: Pandorga, 2016.

VENTURA, Rodrigo Cardoso. A estética da existência: Foucault e Psicanálise. *Cógitto*, Salvador, v. 9, n. 9, p. 64-66, 2008.